

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****Controladoria-Geral do Estado****Comissão de Inventário**

Relatório Inventário Final - CGE/COMISSÃO INVENTARIANTE

Belo Horizonte, 24 de janeiro de 2023.

RELATÓRIO FINAL INVENTÁRIO 2022 - CGE/COMISSÃO INVENTARIANTE**PROCESSO Nº 1520.01.0011944/2021-56 CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
Decreto nº Decreto nº 48.531, de 11/11/2022 e Resolução CGE n.º 30 de 22/11/2022.

Em cumprimento às determinações contidas no Decreto nº 48.531, de 11/11/2022, e na Resolução CGE n.º 30 de 22/11/2022, elaboramos o inventário dos materiais estocados em almoxarifado, dos bens pertencentes ao Ativo Permanente e procedemos o levantamento dos valores em tesouraria, Passivo Circulante, Passivo Não Circulante e Contas de Controle representativas dos atos potenciais Ativos e Passivos da Controladoria-Geral do Estado (CGE), sediada na Rodovia Papa João Paulo II, nº 4.001, Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, Prédio Gerais, 12º andar, bairro Serra Verde, nesta Capital, relativo ao exercício de 2022.

As análises foram realizadas de acordo com o disposto no artigo 3º do Decreto nº 48.531, de 11/11/2022, e conforme a legislação vigente.

I – COMISSÃO ESPECIAL

De acordo com o Decreto nº 48.531, de 11/11/2022 compete à Comissão de Inventário promover o levantamento completo dos inventários físicos e financeiros, dos valores em tesouraria, dos materiais em almoxarifado ou em outras unidades similares, dos bens patrimoniais em uso, estocados, cedidos ou recebidos em cessão, inclusive imóveis, que são objeto de registro no Ativo e, das obrigações constantes dos grupos Passivo Circulante e Não Circulante, bem como das Contas de Controle representativas dos atos potenciais Ativos e Passivos.

Em 24 de novembro de 2022 foi publicada, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, a Resolução CGE n.º 30/2022, que instituiu a Comissão de Inventário, constituída pelos membros abaixo relacionados, com o objetivo de elaborar o inventário estabelecido pelo referido Decreto.

O quadro a seguir apresenta os membros da Comissão:

Quadro 1 – Comissão de Inventário CGE, de 2022

NOME DO SERVIDOR	N º MASP
Willer Jonas Maia Bernardes	1.294.154-8
Eraldo Reis da Cunha	1.219.462-7
Antônio Augusto Ferreira Del Maestro	669.893-0

André Luiz Guimarães Amorim	669.550-6
Ana Paula Mendonça Costa	1.242.073-3

Coube a presidência ao servidor Antônio Augusto Ferreira Del Maestro, sendo que, em sua ausência, a função será exercida pelo servidor Eraldo Reis da Cunha.

II – METODOLOGIA

A metodologia aplicada para a realização do inventário físico constituiu-se no levantamento dos bens permanentes que constavam das cargas patrimoniais década uma de suas unidades administrativas e dos materiais existentes no almoxarifado da CGE, sob a responsabilidade da Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças (SPGF), e do confronto com os registros constantes dos sistemas corporativos: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e Sistema Integrado de Administração de Material e Serviços (SIAD), e ainda avaliação da documentação pertinente.

Aos servidores em teletrabalho foram emprestados equipamentos dos bens constantes na carga patrimonial da Controladoria-Geral do Estado, de forma que esses servidores pudessem, de suas residências, executarem suas atividades e tarefas de trabalho. Dessa forma, a conferência foi realizada da seguinte forma:

Foram solicitados que tais servidores enviassem os números de patrimônio dos bens sob sua responsabilidade e posse, por meio de fotos da plaqueta patrimonial ou do Termo de Autorização de Saída (responsabilidade). Com o número do patrimônio em mãos, os registros foram confrontados com a carga patrimonial da CGE e, havendo a coincidência, considerado o bem como encontrado.

Para a realização do inventário físico e financeiro utilizou-se como metodologia o levantamento das obrigações constantes dos grupos Passivo Circulante e Não Circulante, bem como das Contas de Controle, por meio do Balancete de Verificação. O trabalho foi realizado em cinco fases, a saber:

Quadro 2:

Fases	Descrição
1	Verificação da implementação das recomendações do Relatório Final de Inventários de 2021
2	Conciliação dos saldos SIAD e SIAFI
3	Inventário dos bens permanentes
4	Inventário dos bens de consumo.
5	Inventário financeiro

III– DETALHAMENTO DAS FASES

Fase 1 – Verificação da implementação das recomendações do Relatório Final de Inventário de 2021:

As constatações e recomendações de procedimentos à SPGF/DGL descritas no Relatório Final do Inventário de 2021 serão objeto de conferência pela Comissão quanto a sua implementação no presente Relatório Parcial.

Fase 2 – Conciliação dos saldos SIAD e SIAFI:

Realiza-se a conciliação dos saldos dos sistemas SIAD e SIAFI por meio da emissão dos relatórios referentes aos saldos existentes em 30/11/2022.

Fase 3 – Inventário dos bens permanentes:

A Comissão procede o levantamento dos bens móveis e imóveis pertencentes ao patrimônio da CGE, mediante verificação in loco. Apura as diferenças entre as informações constantes dos relatórios emitidos pelo sistema SIAD, segundo a classificação do sistema, e informa as constatações e recomendações. O confronto das informações levantadas pela Comissão com os dados registrados nos sistemas SIAD e SIAFI é realizado tendo como data-base 30/11/2022.

Fase 4 – Inventário dos bens de consumo:

Os membros da Comissão de Inventário executam o levantamento dos materiais estocados no almoxarifado, mediante contagem física desses produtos. Conciliação das informações levantadas pela Comissão com os dados registrados nos sistemas SIAD e SIAFI é efetuada tendo como data-base 30/11/2022.

Fase 5 – Inventário Financeiro:

A Comissão efetiva o levantamento do inventário financeiro dos valores em tesouraria e das obrigações constantes dos grupos Passivo Circulante e Não Circulante, bem como de Contas de Controle, a partir do demonstrativo contábil “Balancete de Verificação”, tendo como data-base, 30/11/2022.

IV – CONSTATAÇÕES, SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES NA EXECUÇÃO DAS FASES**Fase 1 – Verificação da implementação de todas as recomendações do Relatório Parcial de Inventário de 2022:****Bens localizados em Unidade Administrativa diversa da constante em relatório do SIAD - item D**

Recomendação: Regularizar a situação dos bens patrimoniais localizados em unidades diversas por meio de registro das movimentações no sistema corporativo SIAD.

Medida adotada: Conforme Memorando.CGE/DGL.nº 1/2023 (59508501), a Diretoria de Gestão e Logística da CGE-MG realizou a movimentação dos bens localizados em unidades diversas no SIAD, conforme o documento SEI nº 59506211.

Fase 2 – Conciliação dos saldos SIAD e SIAFI:

A consulta aos saldos constantes no Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços (SIAD), Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e Balancete de Verificação, referente ao material de consumo e de bens pertencentes ao ativo permanente da Controladoria-Geral do Estado, apresentou os seguintes valores em 31/12/2022:

Tabela I – Saldo de bens permanentes e de consumo (SIAFI/SIAD):**Saldo de Materiais - Data Base 30/12/2022:**

Saldo de Materiais - Data Base 30/12/2022		
Sistema Corporativo	Consumo	Permanente
	Valor (R\$)	Valor (R\$)
SIAD (A)	31.180,55 (D)*	3.968.149,92 (D)**
SIAFI (B)	31.180,55 (D)*	3.959.892,26 (D)
Diferença (A- B)	0,00	8.257,66 (D)

Fonte: Sistemas SIAFI e SIAD e Balancete de Verificação de 30 de dezembro de 2022.

(*) Saldo do material de consumo no SIAD: 151007 Material de Consumo/Escritório com R\$13.535,66 e a Unidade 1521049, Material de Consumo/Combustível com R\$14.832,21 (Conta SIAFI 1.1.5.6).

(**) A diferença de valor refere-se aos bens recebidos através de Termo de Cessão de Uso de Bens Permanentes nº 01/2022 realizado com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) - (R\$6.567,46) e Companhia de Processamento de Dados do Estado de Minas Gerais (PRODEMGE), Termo 002/2022 - PRODEMGE/GAL - (R\$1.690,20) registrado na conta 8.1.2.9.1.08.

No Balancete de Verificação o saldo de material de consumo encontra-se na conta contábil nº. 1.1.5.6.1.01, ao passo que o saldo do material permanente está alocado na conta contábil nº. 1.2.3.1.1.01.

Fase 3 – Inventário dos bens permanentes

O levantamento dos bens permanentes em uso na Controladoria-Geral do Estado, à exceção daqueles pertencentes à Intendência da Cidade Administrativa (CAMG), foi realizado por todos os membros da Comissão, que obtiveram, como resultado, as seguintes constatações e recomendações consolidadas dos itens ao final:

A) Bens recebidos em cessão de uso

Foram localizados 04 (quatro) equipamentos recebidos através de Termo de Cessão Gratuita de Uso de Bem Móvel SEMAD/DIALOG nº 1/2022 e um item recebido através do Termo de Cessão Gratuita de Uso de Bem Móvel - PRODEMGE. Dessa forma, no sistema SIAD, figuram 4 (quatro) equipamentos, cujo valor total registrado no sistema SIAD é de R\$ 6.567,46, sendo que o saldo de R\$ 1.690,20 ainda está incorporado ao sistema SIAFI.

Tabela II – Bens recebidos em cessão de uso:

Item	Órgão Cedente	Descrição	Nº Patrimonial	Unidade Encontrada		
				Código	Sigla	Vr. (R\$)
01	PRODEMGE	Computador	90059874-3	1521054	NUCC	1.690,20
01	SEMAD	Decodificador	3322865-5	1521029	COGE	2.577,07
02	SEMAD	Decodificador	3322867-1	1521029	COGE	2.577,07
03	SEMAD	Case p/equipamentos eletroeletrônico	3322933-3	1521029	COGE	706,66
04	SEMAD	Case p/equipamentos eletroeletrônico	3322936-8	1521029	COGE	706,66
Subtotal				8.257,66		
Observação: Bens constante no SIAFI registrados na conta 8.1.2.9.1.08 cedido pela PRODEMGE.				1690,20 (-)		
Total = SIAD - SIAFI				6.567,46		

B) Bens imóveis

A Controladoria-Geral do Estado não possui imóvel. Suas atividades são desenvolvidas na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, Edifício Gerais, no 12º andar, lado ímpar. Esta situação foi confirmada pela emissão do Relatório de resumo de inventário de imóveis – 12/2022, conforme Anexo I.D do Relatório Parcial.

Fase 4 – Inventário dos bens de consumo

Não foram encontradas inconsistências no levantamento realizado no Almoxarifado. Verificou-se que ele se encontra organizado, com armários identificados, fichas de controle devidamente atualizadas, estando os estoques adequados no momento à demanda de consumo existente.

Em virtude do teletrabalho, o consumo dos itens do Almoxarifado foi sensivelmente reduzido em 2022, o que faz com que eventuais aquisições de itens de consumo se limitem a reposições pontuais, a fim de se evitar que qualquer item fique em falta. Tal situação de reposição pontual perdurará enquanto não houver o retorno aos trabalhos de forma mais presencial na CGE.

Sugere-se, dessa forma, que se mantenha em patamar o mais baixo possível o estoque de materiais, principalmente aqueles que possuem prazo de validade definido, uma vez que representam recursos públicos imobilizados.

Fase 5 – Inventário financeiro

De acordo com o Decreto nº 48.531, de 11/11/2022, art. 3º, compete à Comissão de Inventário promover o levantamento completo do inventário financeiro dos valores em tesouraria e das obrigações constantes dos grupos Passivo Circulante e Não Circulante, bem como de Contas de controle representativas dos atos potenciais Ativos e Passivos.

a - Valores em Tesouraria

Por meio do Balancete de Verificação com data-base 31/12/2022 (Relatório SIAFI RGDRD34T/III Balancete de Encerramento 03/01/2022), foi verificado que não existem valores em tesouraria registrados na contabilidade da Controladoria-Geral do Estado.

b - Passivo Circulante

Conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª Edição, o Passivo Circulante compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

O Passivo Circulante na data-base 31/12/2022 (posição de 03/01/2022) totalizou o valor de R\$ 3.588,48 (três mil quinhentos e oitenta e oito reais e quarenta e oito centavos), cuja composição está demonstrada a seguir:

Tabela IV – Passivo Circulante:

Conta	Descrição	Valor (R\$)
2.1.1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	34.330,03
2.1.3	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	43.334,98
2.1.8	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	49.826,21
Total		127.491,22

Fonte: Balancete mensal de verificação de dezembro de 2022 (Relatório SIAFI RGDRD34T/III Balancete de Encerramento 31/12/2022).

c - Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no circulante, de acordo com o MCASP, 8º Edição. Por meio do Balancete de Verificação, data-base 31/12/2021, constata-se a inexistência de obrigações da Controladoria-Geral do Estado registradas no Passivo Não Circulante.

d - Contas de Controle

De acordo com o MCASP, 5º Edição, as Contas de Controle compreendem as contas em que são registradas a execução de atos potenciais e controles específicos. As contas para registro dos atos potenciais compreendem as relacionadas à execução de situações não compreendidas no patrimônio, mas que, direta ou indiretamente, possam vir a afetá-lo.

No Balancete de Verificação, de data-base 31/12/2021, constata-se que o montante registrado nas Contas de Controles é de R\$ 15.236.634,40 (quinze milhões, duzentos e trinta e seis mil seiscentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos), o qual está discriminado a seguir:

Tabela V – Contas de Controle:

Conta	Descrição	Valor
8.1.1.1.1	EXECUCAO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	0,00
8.1.2.3.1	CONTRATOS DE FORNECIMENTO	0,00
8.1.2.3.2	CONTRATOS DE SERVIÇO	12.752.038,79
8.1.2.9.1	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	1.690,20
8.2.1.1.1	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS A UTILIZAR	346.037,94
8.2.1.1.3	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO E ENTRADASCOMPENSATÓRIAS	(-) 62.528,80
8.2.1.1.4	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA	8.250,86
Total		13.045.488,99

Fonte: Balancete mensal de verificação de dezembro de 2022 (Relatório SIAFI RGDRD34T/III Balancete de Encerramento 31/12/2022).

V – CONCLUSÃO

Conforme determinações contidas no Decreto nº 48.531, de 11/11/2022, e na Resolução CGE n.º 30 de 22/11/2022, a Comissão de Inventário realizou o inventário físico e financeiro da Controladoria-Geral do Estado de 2022.

As recomendações apontadas no relatório parcial foram adotadas e não foram detectadas novas inconformidades ou divergências entre as contagens dos bens permanentes e de consumo e os relatórios do SIAD e do SIAFI, bem como no armazenamento dos materiais no almoxarifado da CGE.

Ressalta-se que foi criada uma unidade específica no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para controle e acompanhamento anual dos inventários da CGE. Esta unidade poderá ser fixa e ter seus membros alterados

a cada ano, conforme a necessidade.

Diante do exposto, espera-se que, além de atingir o objetivo principal de fazer o inventário geral do órgão, o presente trabalho contribua para o aperfeiçoamento das atividades das áreas responsáveis pela contabilidade e pela gestão do ativo permanente e do material de consumo, mediante o aprimoramento dos mecanismos de controle interno adotados, observadas as recomendações/sugestões constantes neste Relatório e as normas vigentes e aplicáveis.

Por fim, oportunamente, registra-se nossos agradecimentos aos colegas de trabalho não integrantes desta Comissão e que muito auxiliaram na realização deste trabalho nas respectivas unidades administrativas da CGE/MG.

Belo Horizonte, 24 de janeiro de 2022.

Antônio Augusto Ferreira Del Maestro - Presidente
MASP 669.893-0

Eraldo Reis da Cunha
MASP 1.219.462-7

André Luiz Guimarães Amorim
MASP: 669.550-6

Willer Jonas Maia Bernardes
MASP: 1.294.154-8

Ana Paula Mendonça Costa
MASP: 1.242.073-3



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Augusto Ferreira Del Maestro, Servidor(a) Público (a)**, em 24/01/2023, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **59666746** e o código CRC **1350F6F9**.